



CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 152/2016 DE 30/03/2016

“Altera e acrescenta dispositivos na Lei Municipal nº 1.338/2007 de 28/11/2007, nos Anexos I, II, V e X, cria o Cargo Efetivo de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS – Na Carreira: Assistência Parlamentar– Técnico Legislativo e cria o cargo Comissionado de Controlador Interno e dá outras providências”

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul, com fundamento no incisos IV e V do art. 33 da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Colendo Plenário da Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º- Altera e acrescenta dispositivos da Lei Municipal de nº 1.338/2007, nos Anexos I, II, V e X, e cria o Cargo Efetivo de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS – Na Carreira: Assistência Parlamentar – Técnico Legislativo I, com graduação de Nível Superior - Licenciatura em Pedagogia com cursos específicos ministrados por instituições reconhecidas e certificado de proficiência em Libras expedido em exame específico realizado pelo Ministério da Educação, e cria também o cargo comissionado de Controlador Interno.

Artigo 2º- Compõem o Grupo Ocupacional Gestão de Atividades Institucionais as carreiras e categorias funcionais:

I–Carreira Assistência Parlamentar:

- a) Técnico Legislativo I;
- b) Técnico Legislativo II; e
- c) Técnico Legislativo III.

II – Carreira de Serviços de Apoio Institucional:

- a) Agente Legislativo I;
- b) Agente Legislativo II;e
- c) Agente Legislativo III.

Artigo 3º- Compõem o Quadro de Cargos em Comissão de Direção e Assessoramento Parlamentar:



CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

I - Cargos em Comissão de Direção e Assessoramento Parlamentar:

- a) Secretário Geral;
- b) Secretário Legislativo;
- c) Assessor Jurídico;
- d) Controlador Interno;
- e) Assessor Parlamentar I;
- f) Assessor Parlamentar II;
- g) Assessor Parlamentar III;
- h) Assessor Legislativo I;
- i) Assessor Legislativo II;

Artigo 4º - Compete ao Presidente da Câmara Municipal baixar os atos de regulamentação de disposições desta Lei Municipal

Artigo 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Municipal correrão por conta dos recursos orçamentários e créditos próprios consignados à Câmara Municipal de Coxim.

Artigo 6º - Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 30 de março de 2016.

Ver. Adilson do Lago
Presidente/CMC



CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 152/2016

ANEXO I

REQUISITOS DOS CARGOS DAS CARREIRAS INTEGRANTES DO GRUPO GESTÃO DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

| CARREIRA E CARGOS | REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA (Ingresso ou Promoção) |
|--|--|
| CARREIRA: ASSISTÊNCIA PARLAMENTAR | |
| TÉCNICO LEGISLATIVO I | Graduação de Nível Superior |
| TÉCNICO LEGISLATIVO I | Licenciatura em Pedagogia c/certificado de curso Específico |
| TÉCNICO LEGISLATIVO II | Nível Médio |
| TÉCNICO LEGISLATIVO III | Nível fundamental Completo |
| CARREIRA: SERVIÇOS DE APOIO INSTITUCIONAL | |
| AGENTE LEGISLATIVO I | Nível Médio Completo |
| AGENTE LEGISLATIVO II | Nível Médio em curso |
| AGENTE LEGISLATIVO III | Nível fundamental completo |

ANEXO II

QUADRO PERMANENTE

GRUPO GESTÃO DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

| DENOMINAÇÃO DOS CARGOS | QUANTIDADE | PADRÃO SALARIAL |
|--|------------|--------------------|
| CARREIRA: ASSISTÊNCIA PARLAMENTAR | | |
| TÉCNICO LEGISLATIVO I | 4 | NÍVEL VI |
| TÉCNICO LEGISLATIVO II | 5 | NÍVEL V |
| TÉCNICO LEGISLATIVO III | 4 | NÍVEL III |
| CARREIRA: SERVIÇOS DE APOIO INSTITUCIONAL | | |
| AGENTE LEGISLATIVO I | 4 | NÍVEL IV |
| AGENTE LEGISLATIVO II | 4 | NÍVEL II |
| AGENTE LEGISLATIVO III | 3 | NÍVEL I |
| TOTAL | 24 | |



CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 152/2016

ANEXO V

CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO PARLAMENTAR

| SÍMBOLO | DENOMINAÇÃO | QUANTIDADE |
|---------|--------------------------|------------|
| PLDA-01 | SECRETÁRIO GERAL | 1 |
| PLDA-01 | SECRETÁRIO LEGISLATIVO | 1 |
| PLDA-01 | ASSESSOR JURÍDICO | 1 |
| PLDA-01 | CONTROLADOR INTERNO | 1 |
| PLDA-02 | ASSESSOR PARLAMENTAR I | 3 |
| PLDA-03 | ASSESSOR PARLAMENTAR II | 3 |
| PLDA-04 | ASSESSOR PARLAMENTAR III | 5 |
| PLDA-05 | ASSESSOR LEGISLATIVO I | 13 |
| PLDA-06 | ASSESSOR LEGISLATIVO II | 1 |
| | TOTAL | 29 |



CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 152/2016

ANEXO X

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DOS CARGOS DA CARREIRA DO GRUPO GESTÃO DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

| |
|--|
| CARREIRA: ASSISTÊNCIA PARLAMENTAR |
|--|

| |
|---|
| TÉCNICO LEGISLATIVO I /TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS |
|---|

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">· Realizar a interpretação das duas línguas (LIBRAS-Língua Portuguesa- LIBRAS), de maneira simultânea e consecutiva;· Colocar-se como mediador da comunicação em todas as atividades da Câmara Municipal;· Viabilizar a comunicação entre usuários e não usuários de LIBRAS em toda a comunidade legislativa, com disponibilidade de atuar em outros locais solicitados pelo Presidente da Câmara;· Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades fins da Câmara Municipal, bem como em seminários, palestras, fóruns, debates, reuniões e demais eventos com participação da Câmara Municipal;· Participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas na perspectiva do trabalho colaborativo;· Observar preceitos éticos no desempenho de suas funções, entendendo que não poderá interferir na relação estabelecida entre a pessoa com surdez e a outra parte, a menos que seja solicitado;· Atuar em atividades correlatas ao seu cargo. |
|---|



CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 152/2016

ANEXO X

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DOS CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO PARLAMENTAR

CONTROLADOR INTERNO

Atua no controle das atividades exercidas no âmbito do Poder Legislativo Municipal, compreendendo: o controle exercido diretamente pelos diversos níveis de servidores e órgãos, objetivando o cumprimento dos programas, metas e orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica da unidade controlada; o controle pelas diversas unidades da estrutura organizacional, observando a legislação e as normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares; o controle do uso e guarda dos bens pertencentes ao Poder Legislativo, efetuado pelo próprio Câmara Municipal; concentrar as consultas a serem formuladas pelos diversos subsistemas de controle do Município; verificar e assinar o Relatório de Gestão Fiscal do Chefe do Poder Legislativo; acompanhar o cumprimento de prazos de elaboração e entrega de relatórios e prestações de contas; emitir parecer sobre as contas prestadas ou tomadas por órgãos e entidades relativos a recursos públicos repassados pelo Município; opinar em prestações ou tomada de contas exigidas por força da legislação; verificar os atos administrativos quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; auxiliar tecnicamente os demais servidores da administração; emitir comunicados; fiscalizar o limite de despesa total e com pessoal dos Poderes; Acompanhamento da realização do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual; acompanhar e fiscalizar a execução da programação financeira e do cronograma de desembolso, inclusive quanto à realização das metas fiscais; acompanhar e fiscalizar o cumprimento das metas financeiras e físicas dos programas de governo, elaborando relatório sobre o seu cumprimento e sobre os custos de execução; realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de despesas em restos a pagar; fiscalizar a aplicação e cômputo das despesas relativas à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações e serviços públicos de saúde; fiscalizar a realização de operações de créditos e os limites de endividamento e tarefas afins atinentes à manutenção do sistema de controle interno; atender o público interno e externo; solicitar a compra de materiais e equipamentos; realizar outras tarefas afins.